



ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – CMMA

Data: 8 de março de 2023

Horário: 09 h

Local: Auditório Rovani de Souza Dantas – Parque Natural Municipal dos Pássaros

Pauta:

1. Ciência do cumprimento do Termo de Compromisso Ambiental – TCA N°001/2023, referente ao Processo nº19.545/2021 – Recurso – Douglas Celes Fernandes (tempo:10 minutos);
2. Aprovação de pareceres prévios referentes a impugnações apresentadas ao CMMA (tempo: 30 minutos);
 - a. Processo nº 44.763/2022 – Recurso —Danilo Cristo Araújo;
 - b. Processo nº43.199/2022 – Recurso—IPB-GR Indústria Mecânica LTDA.;
 - c. Processo nº11.968/2022 – Recurso —LOCON – Locação de Contentores e Serviços LTDA-ME;
3. Análise do parecer da Comissão de Valoração a cerca do Processo nº13.148/2021, conforme solicitado no Processo nº 21.176/2022 – Recurso – Residencial Bosque Encantado Construtora e Incorporadora (tempo: 10 minutos);
4. Aprovação do reforço no orçamento do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, por meio da distribuição dos recursos do Superavit, referente ao exercício de 2022. (tempo: 20 minutos);
5. Aprovação da solicitação apresentada no Processo nº47.473/2022 – Uilson Alves da Silva (tempo: 10 minutos)
6. Informes gerais (tempo: 10 minutos).

Conselheiros Presentes:

Sr. Vinícius Barão Soares (Titular AERO)
Sr. Marcos da Silva Lourenço (Titular AEA-SRO)
Sr. Saulo Januário Basílio da Costa (Suplente Ass. Raízes)
Sr. Jorge Thalles dos Santos Neves (Titular CRECI)
Sr. Rogério Cardoso (Suplente CRECI)
Sr. Gilberto Moreira dos Santos (Titular Paróquia)
Sr. Sebastião de Souza Gomes (Titular Rotary Club)
Sr.ª Monique de Almeida Bezerra (Titular SINDSERV-RO)
Sr. Elias Gomes Barreto (Suplente SINDSERV-RO)
Sr. Max José de Almeida (Titular EMATER)
Sr.ª Gisela L. de Carvalho (Titular ICMBio)
Sr. Uilson Alves da Silva (Titular UFF)
Sr. Nestor Prado Junior (Titular SEMAP – Presidente)
Sr.ª Mônica Linhares da Silva (Suplente SEMAP)
Sr.ª Eliane Camacho de Moraes (Titular SEMEDE)
Sr.ª Mª Cristina S. V. de Souza (Titular SEMUSA)
Sr.ª Joseneide Gomes Cavalcanti (Suplente SEMUSA)
Sr.ª Juliana Gomes Paula (Titular SAAE-RO)

Convidados:

Sr. Fábio de Souza Neves
Sr. Vanderlei Campos– CMS/CMPOP
Sr.ª Débora S. Rabelo – Ass. Raízes
Sr.ª Erlanda H. Corrêa – Nova Búzios
Sr. Marcio Frossard Kler – SEMAP
Sr.ª Nelma Ferreira – Partido dos Trabalhadores
Sr.ª Oflia S. da Matta
Sr. Aurélio M. Lisboa
Sr. Carlos Bazilio
Sr. Anderson da Silva
Sr. Sebastião C.
Sr. Jhones Poubel
Sr. Hugo Zecchin de Souza
Sr. Adel Carlos Lima – Sociedade Civil
Sr.ª Katia Macilo – Sociedade Civil
Sr. Johnnye R. Abrahão – SEMAP/SUPGAM

- 1 Aos oito dias do mês de março de 2023, no auditório Rovani de Souza Dantas, às 9h18min, Sr. Nestor
- 2 Prado Junior, parabenizou a todas mulheres presentes pelo Dia internacional da Mulher e deu boas-vindas
- 3 aos presentes, iniciando a 6ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA. Na
- 4 sequência Sr.ª Mônica fez a leitura da pauta que contava os seguintes assuntos: 1)Ciência do
- 5 cumprimento do Termo de Compromisso Ambiental – TCA N°001/2023, referente ao Processo
- 6 nº19.545/2021 – Recurso – Douglas Celes Fernandes (tempo:10 minutos); 2) Aprovação de pareceres
- 7 prévios referentes a impugnações apresentadas ao CMMA (tempo: 30 minutos); 3) Análise do parecer da
- 8 Comissão de Valoração a cerca do Processo nº13.148/2021, conforme solicitado no Processo nº
- 9 21.176/2022 – Recurso – Residencial Bosque Encantado Construtora e Incorporadora (tempo: 10
- 10 minutos); 4) Aprovação do reforço no orçamento do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), por meio
- 11 da distribuição dos recursos do Superavit, referente ao exercício de 2022. (tempo: 20 minutos); 5)
- 12 Aprovação da solicitação apresentada no Processo nº47.473/2022 – Uilson Alves da Silva (tempo: 10
- 13 minutos); 6) Informes gerais (tempo: 10 minutos). Sr. Nestor interrompeu o andamento da reunião, pois
- 14 havia uma participante fazendo gravação da assembleia. O Presidente questionou se havia sido informado
- 15 aos presentes. Sr.ª Katia informou que não e por se tratar de uma reunião pública, a mesma poderia fazer
- 16 a gravação, e que na realidade se tratava de uma transmissão ao vivo na internet. Sr. Max ponderou que
- 17 na pauta havia análise de recursos de impugnação e muitas vezes pode haver algum sigilo industrial, e
- 18 deve-se garantir esse direito as empresas. Segundo Sr. Uilson a lei já define o que pode ou não ser dado
- 19 publicidade, o sigilo deverá ser garantido naquilo que couber. Sr.ª Nelma se apresentou como
- 20 representante do Partido dos Trabalhadores, e disse ter contribuído muito na construção do município.
- 21 Afirmou que a Assembleia é soberana. A conselheira Gisela afirmou que em consideração aos que



estavam participando, deveria ser dada a ciência aos presentes antes de iniciar a transmissão e/ou gravação, para que aquele que se sentisse incomodado se retirar da reunião. Para o Sr. Max, quem promove a reunião que deverá realizar a gravação, e ainda será necessário se organizar a forma de realizar isso. Sr. Uilson afirmou que compete ao Executivo oferecer todas as condições para realização das reuniões do Conselho. Colocada em votação a inversão de pauta, para que o CMMA analisasse o item 5. **ENCAMINHAMENTO 1:** Em votação: 04 (quatro) abstenções, 04 (quatro) votos pela inversão da pauta e 05 (cinco) votos para manter a ordem da pauta. **ENCAMINHAMENTO 2:** Por solicitação do Presidente foram retirados da pauta do dia os itens 2 e 3, em função da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD/ lei federal nº13.709/2018). Na sequência, o Superintendente de Gestão Ambiental, Sr. Jolnnye apresentou a plenária o recurso ordinário do Fundo Municipal de Meio Ambiente, que era de R\$440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais) e Superavit referente ao exercício de 2022, era de R\$1.492.207,77 (um milhão quatrocentos e noventa e dois mil reais, duzentos e sete reais, setenta e sete centavos). Sendo que existe um empenho a ser cancelado, pois o projeto da elaboração do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS) não avançou. A Equipe de Supervisão do contrato não aprovou os produtos e a empresa AMPLA resolveu rescindir o contrato. Com o retorno do valor do empenho o superavit passará para R\$1.598.614,01 (um milhão quinhentos e noventa e oito mil reais, seiscentos e quatorze reais, um centavo). Sr. Jolnnye informou que estava sendo adotada uma nova estratégia, a medida que os projetos são apresentados e aprovados pelo Conselho, os planos de trabalho do orçamento do FMMA são reforçados, evitando engessar o andamento. Sr. Jolnnye destacou que será convocada uma reunião extraordinária, dia 31/03/2023, para apresentação da revisão dos planos de manejo da APA da Lagoa de Iriry e da ARIE de Itapebussus. Sr. Max afirmou que é muito complexo lidar com orçamento, e muitos não imaginam o trabalho. Citou como exemplo, que ao finalizar um projeto, as vezes pode acontecer de faltar verba de custeio, pois os recursos estão alocados em outros programas de trabalho. Destacou ainda que, a prestação de contas no CMMA não se dá de uma única vez, sempre se traz o andamento dos processos, e sempre em consonância com as propostas da Conferência. Sr. Uilson alertou que um dos princípios orçamentários é o equilíbrio entre receita e despesas, o Conselho tem diversas atividades que vão além de aprovação de impugnações, orçamento, etc. Sr.^a Nelma se apresentou como professora de Física, aposentada do Instituto Federal Fluminense, e destacou que em Macaé existem duas instituições de pesquisa, o IFF e o NUPEM/UFRJ que podem auxiliar o conselho, ensinar a fazer orçamento, capacitar o conselho. Se sobra orçamento significa que os projetos não foram concluídos. Foi dada a palavra ao Sr. Hugo que questionou se a recuperação da restinga de Costazul, o TAC estava sendo realizado com recursos do FMMA. Sr. Nestor informou que a recuperação será realizada com recursos da SEMAP. Sr.^a Aline questionou como será resolvida a questão da empresa AMPLA. Sr. Jolnnye informou que o diagnóstico apresentado não foi aprovado, e a Comissão Técnica de Supervisão e Acompanhamento se baseou no edital e no contrato para fiscalizar os produtos. A empresa não concordou e solicitou rescisão do contrato. Sr. Lourenço perguntou se será possível aproveitar os produtos já entregues. Sr. Jolnnye afirmou que tudo vai depender do lapso temporal. O Conselheiro Thalles sugeriu que esse assunto fizesse parte da pauta da próxima reunião do Conselho. Nada mais a tratar deste item da pauta. **ENCAMINHAMENTO 3:** Conselho Municipal de Meio Ambiente teve ciência do superavit do FMMA 2022, e de estava de acordo com a estratégia de reforçar os programas de trabalho do FMMA conforme a necessidade. Tratando do item 5 da pauta, o Conselheiro Uilson realizou uma apresentação aos presentes para que todos tivessem a noção das atribuições do CMMA, e não apequenar o Conselho. Recordou quem em março de 2021, apresentou a questão referente a restinga da praia do Abricó e o risco de rompimento da adutora de abastecimento de água instalada naquele local. Citou também que questões importantes também não foram discutidas no CMMA, como: aterro sanitário e coleta de lixo. Sr. Nestor contestou o questionamento apontado sobre os contratos da SEMAP. Sr. Uilson afirmou que estava apresentando a importância da fiscalização por parte dos Conselheiros. Destacou ainda que, conforme consulta realizada junto a Procuradoria Geral do Município (PGM), em processos quem deve elaborar pareceres são os Procuradores da PGM, e não a Assessoria Jurídica da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca – SEMAP. Ressaltou ainda que, grandes empreendimentos devem ter Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). E que o Controle Social tem funcionado no Município. Sr.^a Nelma sugeriu que fosse elaborado um projeto de educação para cidadania junto às escolas municipais para trabalhar com alunos do 9º ano, escolas de ensino médio e universidades. Sr. Max solicitou que o CMMA reconduzisse a discussão ao assunto da pauta. E afirmou que a proposta deveria ser melhor analisada. O pedido era pertinente, mas como regulamentar a gravação das reuniões do CMMA? Sr.



77 Nestor parabenizou o conselheiro Uilson pela proposta, e em seguida fez a leitura de três proposições
78 para viabilizar a gravação: 1) Através das redes sociais; 2) Gravação deve conduzida pelo CMMA; e 3)
79 Gravação independente. Sr. Uilson alertou que o Executivo deve oferecer plenas condições para que o
80 CMMA funcione, e o FMMA possui recursos para aplicar e aparelhar o Conselho. Proposta de Projeto de
81 Lei e instituição podem ajudar, informou que uma cópia do processo foi encaminhada a Câmara dos
82 Vereadores. Sr.^a Monique pediu a palavra e observou que o padrão de deboche da reunião estava
83 tornando-a cansativa, faltando com respeito com os demais conselheiros. Pensa no Conselho, na
84 administração não é a SEMAP que rege as questões relativas as gravações, existe um trâmite
85 administrativo. O uso dos recursos do FMMA não deve ser usado para isso, deve-se ser solicitado a
86 Assessoria de Comunicação Social e Tecnologia da Informação (ASCOMTI), para assessorar nas redes
87 sociais e gravações tudo oficialmente pelo CMMA. Sugeriu que enquanto não se viabiliza a gravação das
88 reuniões, que seja solicitada a utilização da Câmara Municipal. Sr. Elias esclareceu que em reuniões
89 públicas, podem haver independimentos pela necessidade de maior publicidade, argumento de não haver
90 infraestrutura, comunicar antecipadamente que haverá gravação. Sr. Thalles sugeriu que reuniões fossem
91 realizadas on-line. Sr. Max destacou que independente da gravação, tudo que foi deliberado numa reunião
92 fica documentado na ata. Sr.^a Katia argumentou que trava uma grande luta pela transparência, pois essa
93 empodera o cidadão, para que o mesmo entenda que ele é o cliente do município, e por isso deve ser bem
94 tratado. Sr. Vanderlei sugeriu que os progressos do CMMA sejam divididos com os demais Conselhos.
95 Relatou as dificuldades do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e do Conselho de Municipal de
96 Planejamento e Orçamento Participativo – CMPOP, e concluiu que a prefeitura deve olhar de uma forma
97 mais uniforme, a ASCOMTI não atende a contento os Conselhos Municipais. Sr. Uilson defende a criação
98 da Casa dos Conselhos para que haja uma maior interação. Sr.^a Gisela destacou durante as reuniões
99 estão fugindo muito da pauta e questões importantes não estão sendo analisadas. Sr. Max sugeriu que
100 fosse feito o seguinte encaminhamento: autorização plena para gravação, desde que previamente
101 comunicado. A SEMAP realizará gravação de áudio e reuniões com deliberações sobre análise de
102 recursos não serem gravadas. Sr. Márcio alertou que deve ser consultada a ASCOMTI sobre a parte
103 técnica para gravação e a PGM com relação a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD. Sr. Adel
104 se apresentou como morador do Jardim Mariléa, e argumentou que aquela discussão não deveria haver,
105 pois várias instituições já fazem transmissão de suas reuniões, como: Senado, Câmara, Supremo Tribunal
106 da Justiça, etc. Segundo ele, o CMMA pode deliberar para compra ou contratação dos serviços de
107 gravação. Afirmou ainda que esse é um Conselho muito importante, pois trata da vida das pessoas. Para
108 Sr.^a Monique a gravação de inteiro teor deve ficar sob domínio da SEMAP, além de constar tudo em ata e
109 o link para transmissão ficaria a cargo da ASCOMTI. Após todas considerações o Conselho fez o
110 **ENCAMINHAMENTO 4:** A autorização plena para gravação, desde que previamente comunicada aos
111 presentes, ficará sob responsabilidade de cada instituição. A SEMAP deverá realizar a gravação do áudio
112 das reuniões. Deverá ser encaminhado o Processo nº47.473/2022 a PGM e ASCOMTI para manifestação.
113 Nos informes gerais, o Sr. Presidente comunicou que no dia 15 de março de 2023, às 15 horas, no
114 Auditório Rovani Dantas, seria realizada uma reunião solicitada pela AERO, a fim de dirimir dúvidas a
115 respeito do licenciamento do empreendimento Nova Búzios Rio das Ostras, no loteamento Mar do Norte.
116 Informou que após anuência e manifestação do Inea, coube ao município realizar o licenciamento
117 ambiental do Shopping Plaza Rio das Ostras. Constando do processo o Estudo de Impacto de Vizinhança
118 (EIV) e o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), tudo baseado na tecnicidade que o procedimento
119 demanda. Sr. Fábio, morador de Mar do Norte há 20 anos, lamentou as condições do loteamento, que não
120 possui infraestruturas de saneamento básico, a despeito dos reajustes praticados no Imposto Predial e
121 Territorial Urbano (IPTU). Ponderou que os moradores do Mar do Norte precisam entender o que vai
122 acontecer no loteamento, tinha esperança de que o assunto fosse tocado naquela reunião. Sr. Uilson
123 cobrou sobre o processo onde questionou os padrões de balneabilidade da Lagoa de Iriry. Sr. Nestor
124 informou que reverá o encaminhamento feito no referido processo. Com reação ao Termo de Ajustamento
125 de Conduta (TAC), informou que realizou reunião junto ao Ministério Público Federal (MPF), no dia
126 28/02/2023, e estão fazendo cumprir os prazos estabelecidos no TAC. Sr.^a Aline tinha dúvidas a respeito
127 do PMGIRS, questionou se os produtos entregues tinham prazos, se haveria possibilidade do segundo
128 colocado na licitação assumir o processo. Também arguiu sobre a responsabilidade dos estudos de
129 impactos de empreendimentos como o Shopping e o Atacadão. Se considera como uma militante da
130 sociedade e disse que a SEMAP precisa de engajamento social, as pessoas têm dificuldades para
131 acompanhar esses procedimentos muito específicos e técnicos. A Secretaria acaba sofrendo muitas



132 pressões, talvez fosse bom viabilizar uma rede social para o Conselho, para atingir mais pessoas.
133 Necessário haver interação entre a SEMAP e o CMMA, a Sociedade precisa estar informada. A dinâmica
134 naquele momento parecia que os envolvidos não estavam no mesmo lado, que não havia o mesmo
135 objetivo. Concluiu que é muito importante melhorar a comunicação para que todos possam trabalhar
136 juntos. Em resposta a Sr.^a Aline, o presidente informou que a questão da licitação do PMGIRS ser tocada
137 pela segunda colocada depende da análise de outros setores da prefeitura, como: Administração
138 (SEMAD), Auditoria e Controle Interno (SEMACI) e Procuradoria (PGM). Quanto aos estudos de impactos,
139 são documentos técnicos, elaborado e analisados por técnicos. Sr. Thalles com a palavra, lamentou que
140 estava há mais de 30 dias sem abastecimento de água, e que não tinha problemas quando a gestão era
141 da CEDAE, sugeriu convidar a Rio + Saneamento para esclarecer a sociedade sobre os problemas do
142 abastecimento na cidade. Aproveitou para agradecer pela orientação sobre as faltas de sua instituição e
143 oportunidade de substituir os representantes. Sr. Nestor parabenizou o evento realizado pelo CRECI na
144 praça do Centro e aconselhou que haja maior divulgação, pois havia muitas informações importantes e o
145 material distribuído era de muita qualidade. Sr. Carlos Bazilio, professor da UFF e morador de Mar do
146 Norte, demonstrou preocupação com a leitura que fez do EIV, achou o documento vago e questionou se a
147 versão disponível no site da PMRO era final. Preocupado com o número de pessoas que o
148 empreendimento tem previsão de atender. Citou o exemplo de um estacionamento no segundo acesso à
149 praia. que no carnaval deixou muito lixo acumulado. Embora a prefeitura retire o lixo na praia principal, no
150 segundo acesso à praia isso não é feito. Está preocupado com os impactos diretos e indiretos na região.
151 Destacou ainda que é um tipo de construção incomum para região, poderá gerar problemas com
152 abastecimento, e como leigo estava preocupado com a implementação do empreendimento. Sr.^a Monique
153 lembrou que quando ingressou no serviço público em 2004, ouviu uma frase marcante: “*Não há progresso
154 sem impacto.*” A preocupação da AERO que solicitou esclarecimentos sobre o empreendimento, será que
155 não caberia uma audiência pública sobre o empreendimento. Com relação a balneabilidade da lagoa,
156 acredita que o Conselho deveria ter questionado lá atrás, quando da instalação de um PV (poço de visita)
157 na lagoa, o qual na época foi embargado pela fiscalização. O Alphaville foi licenciado pela FEEMA e na
158 época teve audiência pública. Próximo ao local do Nova Búzios, no passado houve consulta prévia de
159 outros empreendimentos, as quais foram negadas. As reuniões são divulgadas, infelizmente não
160 conseguiremos alcançar a todos. Concluiu afirmando que a questão do saneamento não é pauta exclusiva
161 da SEMAP, tem o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e a Secretaria de Manutenção de
162 Infraestrutura Urbana e Obras Públicas (SEMOP). Sr.^a Nelma alertou que estava em andamento na
163 Câmara aprovação de alteração no zoneamento da cidade, o qual deveria ser totalmente vetada, pois
164 estava infringindo legislação estadual e federal. Devido ao adiantado da hora e nada mais havendo a tratar
165 o Presidente agradeceu a presença de todos e dispensou os presentes às 13 h e 40 min. E eu, Mônica
166 Linhares da Silva, lavrei a presente, que será assinada pelo Senhor Presidente e Conselheiros presentes.

167
168
169
170
171
172
173
174
175

Nestor Prado Junior
Presidente do Conselho Municipal de
Meio Ambiente de Rio das Ostras